

AUTARCA FÁTIMA FERNANDES NO PRIMEIRO PLANO Págs. 4 e 5

MONTALEGRE NÃO ESTÁ À VENDA



Montalegre não está à venda

PROVIDÊNCIA cautelar contra exploração de lítio em Montalegre é entregue na próxima semana. Presidente da Câmara Municipal, em entrevista na rádio Antena Minho, assume que a sobrevivência do seu concelho não tem preço.



Fátima Fernandes foi entrevistado no programa Primeiro Plano pelo jornalista Rui Alberto Sequeira

PRIMEIRO PLANO

| José Paulo Silva |
| Rui Alberto Sequeira |

P - A mina de lítio do Romano será explorada, eventualmente, a partir de 2027. Nos últimos dias, a questão da exploração do lítio foi tema à volta da demissão do Primeiro Ministro. A Câmara de Montalegre interpôs uma providência cautelar contra a exploração. Esta providência não deveria ter sido posta há mais tempo?

R - A Câmara Municipal de Montalegre já emitiu dois pareceres desfavoráveis a esta exploração. A providência cautelar não foi pensada agora porque aconteceu a situação política que surpreendeu todos os portugueses. Após termos recebido o parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente com tantas condicionantes pedimos a um escritório de advogados para

preparar uma providência cautelar que está em condições de, na próxima semana, dar entrada no Tribunal. Não há coincidência. O discurso populista que anda à volta desta questão leva a que se diga que a Câmara tomou medidas agora. A preservação do nosso território foi sempre preocupação primordial. Logo que se perspectivou a exploração da mina do Romano, encomendámos estudos a duas universidades e verificou-se que a mesma aportava muitas preocupações em termos ambientais, da protecção do território e da sua população. Por isso, emitimos logo um parecer desfavorável. Agora aconteceu a mesma coisa, porque as medidas de mitigação só dizem respeito ao lobo ibérico e não podemos permitir que se fraccione um projecto por colidir com o território do lobo e que não se leve em linha de conta que a mina também se situa no

habitat do lobo. Sendo certo que as alterações que foram feitas ao estudo de impacto ambiental não responderam às questões ambientais muito significativas que haviam sido elencadas anteriores, não podíamos dar um parecer favorável.

P - Houve quem apontasse um nexo de causalidade entre a investigação judicial sobre o lítio e o facto de a Câmara Municipal ter avançado com a providência cautelar...

R - Não. A contratação dos advogados foi à reunião de Câmara muito anteriormente a ter acontecido o que aconteceu.

P - Foi também levantada a questão da contaminação das águas para consumo público da barragem do Alto Rabagão...

R - Não há certeza de que não possam ser afectadas. Dada a

proximidade da mina, não podemos correr o risco de a água ser contaminada. Mesmo com bacias de decantação, o que os técnicos e os especialistas das universidades nos disseram é que não possa haver uma ocorrência grave. A motivação ainda é maior pela quantidade enorme de água necessária para a mina. Se se perspectivam cinco mil m³/dia, isso quer dizer que todo o território de Montalegre não consome essa água durante um mês. Este é o bem mais importante que temos. Sabemos bem o que as alterações climáticas estão a provocar.

P - A empresa Lusorecursos pretende avançar com a exploração de lítio em 2027. Acredita que este é um processo reversível?

R - Acredito. Uma coisa é a questão técnica, outra é a decisão política. As decisões que te-

“Acredito que o processo de exploração de lítio é reversível. Uma coisa é a questão técnica, outra é a decisão política. Sabemos bem da importância que o lítio tem para Portugal e o Mundo, mas sabemos também dos impactos que este projecto tem no ambiente e na vida das pessoas.”

Fátima Fernandes
Presidente da Câmara Municipal de Montalegre

nho de tomar têm a ver com o sufrágio a que somos sujeitos. A minha função é defender o meu território e as pessoas que nele habitam. Sabemos bem da importância que o lítio tem para Portugal e o Mundo, mas sabemos também dos impactos que este projecto tem no ambiente e na vida das pessoas que temos de defender.

P - O estudo de impacto ambiental aponta para a possibilidade de a mina avançar. Há compensações de mitigação impostas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Elas não são compatíveis com os desejos do Município?

R - Desconheço, porque nada foi negociado com a Câmara Municipal de Montalegre. O que decorre da lei não é suficiente para dirimir esta questão da sobrevivência. A sobrevivência não tem preço e a nossa terra não está à venda. Não podemos em nome do Ambiente destruir o próprio Ambiente. O parecer da APA tem tantas condicionantes que muito sinceramente não sei como a empresa poderá responder a todas elas. A APA deu parecer favorável só para a mina, só para a exploração mineira naquela localização, mas o complexo mineiro, a dita refinaria, aponta para outra localização. Obrigatoriamente, a Câmara teria de alterar o Plano Director Municipal para acomodar esse equipamento. A Câmara não vai fazer isso.

P - Neste tempo que leva de mandato, a APA nunca contactou a Câmara?

R - A APA sabe qual é o parecer da Câmara.



Prioridade para 2024 é aproveitar cada cêntimo dos fundos comunitários

P - Está a ser preparado o plano de actividades e orçamento da Câmara Municipal de Montalegre para 2024. Qual é a marca?

R - Essencialmente, aproveitar cada cêntimo do novo quadro comunitário de apoio. A Câmara está a ultimar o Pacto do Alto Tâmega e Barroso. Já elencámos os investimentos que pretendemos dentro dos diferentes eixos até 2027. Aguardamos que, no início do próximo ano, comecem a sair os avisos para fazermos as candidaturas. Temos finanças saudáveis para assumir a contrapartida nacional que nos compete.

P - O que destaca do Pacto do Alto Tâmega e Barroso?

R - O Pavilhão Multifunções e a Creche para Salto são duas infraestruturas reivindicadas há muitos e muitos anos. O Grupo Desportivo de Salto anda há anos a jogar em campos emprestados. A Junta de Freguesia de Salto conseguiu articular com freguesias vizinhas, embora de concelhos diferentes, a necessidade de uma Creche. Também pretendemos criar em Montalegre um Centro de Recursos, espaço onde seja possível agregar as associações, um centro de empreendedorismo e um centro de formação.



ROSA SANTOS

Fátima Fernandes admite recandidatar-se nas próximas eleições autárquicas

P - Pergunto-lhe pelas piscinas municipais.

R - Está previsto abrirem em Dezembro.

P - É curioso que fale dos jovens num concelho do interior. A desertificação humana parece ser uma inevitabilidade.

R - Temos de colocar ao dispor das pessoas aquilo que temos de

melhor. Há que dizer às pessoas que se podem instalar perfeitamente em Montalegre. Este ano, pela primeira vez, temos mais 23 crianças no Agrupamento de Escolas. Isto é um sinal. Regressaram ao nosso concelho casais jovens com os seus filhos e que estão, muitos deles, em teletrabalho. Perceberam que o nosso território, até por ser Património

Agrícola Mundial, tem particularidades que podem ser factor de riqueza. Em Montalegre há cerca de 2 300 explorações agrícolas. Os agricultores de Montalegre receberam, o ano passado, do IFADAP, cerca de 15 milhões de euros. É uma verba significativa. Sabemos bem do poder que têm os nossos produtos endógenos e dos vários eventos que têm

tido sucesso ao longo dos anos. Todos os fins-de-semana temos no território cada vez mais pessoas que nos visitam. Este ano celebramos os 750 anos da atribuição do Foral. É um ano desafiante e inspirador. A formação académica dos jovens pode ajudar a rentabilizar os recursos endógenos que temos e que são muitos.

Fátima Fernandes aguarda reconhecimento da Assembleia da República de um símbolo da cultura e práticas do Barroso

“Tenho a certeza que o Padre Fontes vai ser agraciado”

PRIMEIRO PLANO

| José Paulo Silva |

| Rui Alberto Sequeira |

P - Há alguns anos, Montalegre deparava-se com a falta de alojamento. Recentemente, houve um investimento de dois milhões de euros nesta área.

R - O novo hotel é de excelente qualidade. O alojamento local em Montalegre é muito significativo, mas faltam mais equipamentos de hotelaria porque a

procura assim o exige.

P - Recentemente, foi enviada uma petição à Assembleia da República para que haja um reconhecimento nacional da figura do padre Fontes como símbolo da cultura e práticas do Barroso.

R - Tivemos resposta de que está para apreciação na comissão para a atribuição de distinções. Tenho a certeza que o padre Fontes vai ser agraciado com

uma distinção que é mais do que merecida. Espero que nos próximos tempos a nossa República saiba reconhecer o percurso fantástico do padre Fontes.

P - Vão manter a passagem da Volta a Portugal em Montalegre?

R - Naquilo que depender da Câmara, todos os eventos com sucesso são para manter.

P - Com o trabalho que já de-

senvolveu, ganha força a sua vontade de construir um ciclo de liderança do Município de Montalegre?

R - A minha vontade é a de sempre: fazer o que de melhor posso e sei pelo meu território e pela minha gente. O futuro vem aí. A minha missão é dar corpo a este projecto que foi sufragado até Setembro de 2025. Irei pensar naquilo que as gentes de Montalegre querem. Estou ao serviço das pessoas sempre e is-

so é ponto de honra.

P - Montalegre tem uma área do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Como estamos de gestão do Parque?

R - Montalegre foi a primeira entidade a aprovar e a assinar o contrato de cogestão. Tem corrido tudo muito bem. A mensagem que temos feito chegar é que não há um Parque sem gente. O Parque pode constituir-se como um factor de riqueza que não tem sido muito explorado e que quere-